

A HISTORICIDADE DE UM CONCEITO: OS DIVERSOS USOS DA PAISAGEM AO LONGO DO TEMPO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

THE HISTORICAL CHARACTER OF A CONCEPT: THE VARIOUS USES OF LANDSCAPE THROUGH DECADES IN GEOGRAPHICAL SCIENCE

Letícia Giannella
Mestranda em Geografia – PUC-Rio
leticiagiannella@gmail.com

Resumo

O artigo pretende trazer à discussão uma pequena abordagem sobre as diversas conceituações de paisagem ao longo do tempo. A paisagem é um conceito ainda indefinido e assim continuará o sendo, já que os conceitos passam continuamente por sucessivas transformações e devemos, em vez de buscar uma definição pronta, estar abertos para identificar aproximações que tenham maior relação com nosso objeto de estudo. Assim, o artigo passa pela idéia da paisagem em momentos históricos marcantes: o paradigma holístico da pré-modernidade; a fragmentação dos saberes da Modernidade; e o paradigma complexo da pós-modernidade, que talvez signifique uma espécie de retorno ao holismo medieval, à medida em que trás à tona a íntima relação da paisagem com a natureza e a cultura.

Palavras-chave: paisagem, história dos conceitos, relação homem-meio, paradigmas da ciência, Modernidade.

Abstract

The article aims to bring a small approach to the discussion about the various conceptualizations of landscape through decades. The landscape is a concept still undefined and will continue to be, because the concepts are continuously suffering successive transformations, and we must, instead of look for a ready definition, be open to identify approaches that have greater relationship with our object of study. Thus, the article goes through the idea of the landscape in

historical landmark: the holistic paradigm of pre-modernity, the fragmentation of knowledge of Modernity, and the paradigm of complex of post-modernity, which may mean some sort of return to the medieval holism, as it brings back to the surface the intimate relationship of the landscape with nature and culture.

Key-words: landscape, history of concepts, relation man-environment, science paradigms, Modernity.

Introdução

O mundo em que vivemos vem continuamente passando por sucessivas transformações das mais diversas naturezas. Estas, por sua vez, estão permanentemente desconstruindo antigos saberes e construindo novos paradigmas. O movimento da ciência ao longo do espaço-tempo é profundamente influenciado por essas transformações.

Deste modo, os conceitos, que são a base do pensamento científico, possuem histórias marcadas pelos contextos sociais criados por cada uma dessas transformações. Com o pensamento geográfico não é diferente. Os principais conceitos que o embasam podem ser definidos de acordo com variados autores que realizaram e/ou têm realizado suas pesquisas e estudos em diversos momentos histórico-espaciais, com características próprias.

Um desses conceitos é a paisagem. Este artigo trata dos diversos papéis representados pela paisagem na construção do pensamento geográfico, a partir de diferentes contextos. O que se procura com esta abordagem é analisar a relação entre paisagem e geografia, de modo que possamos compreender melhor os diferentes cenários que levaram a diferentes concepções da própria ciência geográfica.

Cabe a cada um de nós analisarmos essas concepções e construirmos nossos próprios pensamentos à luz dos autores revisitados, de acordo com os objetivos que pretendemos alcançar na utilização da idéia de paisagem.

É através principalmente da transição da Idade Média para a modernidade, e da modernidade para a chamada pós ou hipermodernidade, que podemos entender a paisagem para além da história do conceito, como afirma Edir Augusto Dias Pereira em sua resenha sobre a obra do filósofo Jean-marc Bessé (2006). Pereira ainda destaca que:

a paisagem descentra, desloca-nos do centro que ocupamos no espaço, porque na paisagem não se sabe propriamente onde se situar, não se sabe onde se colocar, não se sabe onde se está. Para ele¹ a paisagem é simplesmente e essencialmente invisível, o inobjetivável e o irrepresentável, não pode ser conhecida nem habitada (PEREIRA, 2006, p. 147).

Além disso, ressaltamos que nem sempre há apenas um caminho a ser seguido, ou seja, não devemos nos preocupar em escolher uma das idéias apresentadas e segui-la até o fim como base conceitual de qualquer trabalho que venha a ser desenvolvido. Devemos sim estar abertos para procurar entender profundamente cada uma delas, a fim de que possamos identificar aquelas com as quais nosso objeto de estudo tenha maiores afinidades, imbricando-as em uma nova abordagem sobre o assunto.

Neste artigo, abordaremos desde as primeiras conceituações conhecidas do termo paisagem até as tendências mais atuais, passando pelas transições entre os períodos medieval e moderno, e moderno e “pós-moderno”.

A paisagem pré-moderna

A representação e a conceituação das paisagens foram alteradas sucessivamente na história. Melo (2001, p. 29) afirma que “o conceito de paisagem é um dos mais antigos da geografia, a ponto de, nas abordagens

¹ Aqui o autor refere-se ao fenomenólogo Erwin Strauss.

mais remotas, os geógrafos afirmarem ser a geografia a ‘ciência das paisagens’”.

A Antiguidade Clássica considerava a geografia como o estudo das relações sistemáticas que descrevem a paisagem, e que, orientadas por esta (a paisagem), se localizam e se sintetizam para formar o fenômeno regional, de Estrabão (63 a.C.-63 d.C.). Ainda da Antiguidade vem o discurso de um todo planetário que se expressa como uma construção matemática e pronta para versar-se em linguagem cartográfica, de Ptolomeu (MOREIRA, 2006, p. 14).

Já no Ocidente medieval, a visão de mundo predominante na Europa era orgânica. As pessoas viviam em comunidades pequenas e coesas, e vivenciavam a natureza em termos de relações orgânicas, caracterizadas pela interdependência dos fenômenos espirituais e materiais e pela subordinação das necessidades individuais às da comunidade. A natureza da ciência medieval baseava-se, portanto, na razão e na fé, e sua principal finalidade era compreender o significado das coisas e não exercer a predição ou o controle da história. Deste modo, o caráter mais racional e matemático da tradição aristotélica deu lugar a um caráter mais baseado na espiritualidade. Contudo, não foram encontradas referências à utilização específica do termo paisagem neste período.

Paisagem e Modernidade

Primeiramente, devemos entender o que é a modernidade. Giddens (1991), como uma primeira aproximação, afirma que “a modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Ainda segundo o autor:

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensibilidade quanto em sua

intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes (GIDDENS, 1991, p. 14).

De acordo com Paul Claval (2004, p. 14), a origem do termo paisagem remonta ao século XV – crise do período medieval – nos Países Baixos, sob a forma de *landskip*. Neste caso, a paisagem aplicava-se aos quadros que apresentam um pedaço da natureza, onde os personagens têm um papel apenas secundário (idéia de janela). Claval afirma que o alemão forjaria a partir de então o termo *landschaft*, e o inglês, *landscape*, para traduzir o termo holandês. O italiano transcreveria a idéia de extensão de *pays* (região, pátria, lugar de nascença), que vem da raiz *land*, criando *paesaggio*, de onde deriva o termo francês.

Holzer (1999, p. 152) diz que a palavra alemã é mais antiga, medieval e seu conteúdo é mais abrangente e complexo que o das línguas latinas, onde o termo é renascentista, limitado, em sua origem, às artes plásticas. Contudo, logo a geografia francesa apropriou-se da palavra *paysage*, destituindo-a de seu sentido renascentista e restituindo-a o sentido mais amplo de seu correlato alemão.

Bessé (2006) reforça essa idéia afirmando que antes de adquirir uma significação puramente estética, ligada ao desenvolvimento específico de um gênero de pintura a partir dos séculos XVII e XVIII, a palavra paisagem possui uma significação que se pode dizer territorial e geográfica, o que condiz com a idéia de *paysage*.

Neste sentido, desaparece a idéia de enquadramento, ou seja, “o destaque se transfere da perspectiva e do enquadramento observados para a parte do *pays* do qual se discerne a fisionomia” (CLAVAL, 2004, p. 15).

A partir do século XVII, o termo paisagem passou a adquirir uma significação puramente estética, ligada a um gênero específico de pintura. Todavia, para o autor, “a pintura busca reproduzir objetivamente um fragmento da natureza, mas o ponto de observação, o ângulo e o enquadramento da vista

resultam de uma escolha” (p. 15). Existiria assim também uma dimensão subjetiva da paisagem.

Luchiari (2001, p. 14) declara que até o século XVIII o termo paisagem era sinônimo de pintura, ou seja, foi na mediação com a arte que o sítio – o lugar – adquiriu o estatuto de paisagem.

Para Bessé (2006, p. 62), a paisagem como noção estética assume a desarticulação “moderna” das diferentes funções da razão (conhecimento, julgamento moral, julgamento estético). Assim, toda tentativa de reconciliar a estética com os outros setores do pensamento humano é denunciada como *arcaica*, ou mesmo *reacionária*, pois estar-se-ia retornando ao período medieval. No entanto, o mesmo autor afirma que, desde o século XVII, esta ruptura (estética *versus* outros setores do pensamento) tem sido contestada e nunca se impôs sem dificuldade. A origem dessa *resistência* está justamente na relação da geografia com a pintura, que existiu desde antes do século XVI.

Na fórmula clássica da paisagem estética a partir do século XVII na história da pintura, a paisagem é definida como a extensão de um território que se descortina num só olhar de um ponto de vista elevado. Assim, a paisagem passou a ser tida como um espaço objetivo da existência, mais do que como vista abarcada por um sujeito (Bessé, 2006, p. 21).

No que diz respeito ao surgimento da “geografia moderna”, Tatham, citado por Moreira (2006, p. 13), afirma que este se deu na segunda metade do século XVIII, alimentado na filosofia do Iluminismo e do Romantismo Alemão. O desenvolvimento do sistema newtoniano – para o qual a função da ciência era descobrir leis universais e enunciá-las de forma precisa e racional – também foi um dos grandes responsáveis por essa “modernização” da geografia. Becker e Gomes (1993, p. 150) afirmam que “em relação à concepção dominante no pensamento medieval de uma natureza oculta e insondável, o sistema newtoniano foi o grande modelo de ruptura. A natureza se transforma em um sistema de leis matemáticas estabelecidas por um Deus racional”.

Moreira (2006, p. 13) separa a geografia moderna em três fases diferenciadas por seus respectivos paradigmas: o paradigma holista da baixa modernidade; o paradigma fragmentário da modernidade industrial e o

paradigma holista da hipermodernidade. Neste artigo, trabalharemos com a divisão entre a modernidade – considerando os períodos da baixa modernidade e da modernidade industrial – e a hipermodernidade – como tendência atual.

Luchiari (2001, p. 14) diz que a paisagem, na chamada baixa modernidade, não possuía um sentido de unidade. Entende-se por baixa modernidade (para a geografia moderna) o período do Iluminismo e do Romantismo Alemão – de acordo com Moreira (2006, p. 13) – ambos marcados pela presença do idealismo filosófico. Havia na baixa modernidade uma aproximação do homem com o mundo natural que tornava cada vez mais evidente o caráter ornamental da natureza e sua valorização estética como símbolo distintivo de posição social (LUCIARI, *op. cit.*).

O geógrafo J. R. Forster e o filósofo Immanuel Kant são considerados por Moreira (2006, p. 14) como os “pontos de convergência do Iluminismo na geografia, antecidos pelos geógrafos da primeira metade do século XVIII”.

Para Forster, a descrição das paisagens tem a tarefa de evidenciar as relações atuantes entre os fenômenos e esclarecer sua natureza. “A descrição culmina na explicação das relações, com atenção particular às relações do homem com o meio” (MOREIRA, 2006, p. 16). Forster toma por abordagem o estudo da superfície terrestre através do recorte das paisagens, enfatizando a ciência geográfica como uma ciência corográfica.

O filósofo Immanuel Kant (1724-1804) estabelecerá as bases epistemológicas da geografia moderna que ficaram faltando ao trabalho empirista de sistematização teórico-metodológica desenvolvido por Forster. Para Kant, a geografia está relacionada à percepção espacial dos fenômenos, e por isso o filósofo a classifica como uma ciência da natureza. Contudo, entende-se por natureza, nos tempos de Kant, todo o mundo da percepção sensível, o mundo objetivo das coisas que nos rodeiam (Moreira, 2006, p. 17).

Segundo Gandy (2004, p. 81), “na tradição romântica que surge a partir do final do século XVIII, a apreensão visual da natureza está estreitamente ligada ao sentimento estético do sublime”.

Karl Ritter (1779-1858) forma com Alexander von Humboldt (1769-1859) o período científico para o qual o período de Forster e Kant lança os primeiros alicerces. Ritter reafirma a corologia e aperfeiçoa o método comparativo. Humboldt parte do mesmo princípio e método de Ritter, porém:

Se para Ritter o objeto de estudo da geografia é a superfície terrestre vista a partir das individualidades regionais, para Humboldt é a globalidade do planeta, vista a partir da interação entre a esfera inorgânica, orgânica e humana holisticamente realizada pela ação intermediadora da esfera orgânica (MOREIRA, 2006, p. 21).

Podemos notar que tanto Ritter quanto Humboldt são holistas em suas concepções sobre a geografia. Ritter vai do todo às partes e Humboldt vai do recorte ao todo, ambos utilizando o método comparativo e o princípio da corologia. O fundo holista comum que ambos captam do pensamento iluminista é a idéia da natureza como uma essência interior de todas as coisas, que vem de Kant (MOREIRA, 2006, p. 22). Todavia, ao mesmo tempo em que os dois fundadores da geografia moderna se aproximam, também há um distanciamento. Para Ritter, de acordo com Tatham, citado por Moreira (*op. cit.*), “a geografia centralizava-se no homem; seu objetivo era o estudo da terra, do ponto de vista antropocêntrico; procurar relacionar o homem com a natureza, e ver a conexão entre o homem e a sua história e o solo onde viveu”. Já para Humboldt, a geografia centra-se também no homem, mas este se compreende no interacionismo das esferas com primado no papel mediador do orgânico (MOREIRA, 2006, p. 23).

A partir da segunda metade do século XVIII, estabelece-se a preocupação descritiva entre os geógrafos. Seria preciso traduzir a fisionomia. De acordo com Claval (2004, p. 16), Humboldt afirmava que “existe uma fisionomia natural que pertence exclusivamente a cada uma das regiões da Terra”.

No século XIX, os geógrafos estão atentos à diversidade das paisagens. A obra “A face da Terra”, do geólogo Eduard Suess, causou impacto considerável na utilização da paisagem: “[...] ao explicar a superfície da Terra falando de face, e não de superfície, ele faz da Terra uma entidade da qual é possível perceber a fisionomia” (CLAVAL, 2004, p. 20). Ainda, a paisagem deixa de ser um quadro sem vida, sendo feita de ambientes, concebida em termos de interface.

Ainda segundo Claval (2004, p. 21), à idéia da paisagem como interface, suporte da biosfera, logo se acrescenta uma outra: por que não ver na paisagem a interface entre os homens e a natureza?

Com base nisto, podemos concluir que a idéia de que Humboldt seria um geógrafo físico e Ritter um geógrafo humano é equivocada, pois ambos se utilizam do holismo prevalecente no Iluminismo e no Romantismo. Para ambos, não se pensa em homem e natureza em dissociado (MOREIRA, 2006, p. 24). Gandy (2004, p. 75) reitera esta compreensão, afirmando que geógrafos como Humboldt e Ritter concebiam a paisagem como a interação da natureza (física) e da cultura.

Para Becker e Gomes (1993, p. 148), a geografia chamada universitária, seja com Humboldt, Ritter, Buffon ou Kant, institucionalizou-se através de um discurso que tinha como referência central a questão da relação homem-meio.

Holzer (1999, p. 157) afirma que estes geógrafos pioneiros associaram a paisagem a porções do espaço relativamente amplas, que se destacavam visualmente por possuírem características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumirem uma individualidade.

Ruy Moreira considera a modernidade industrial como o período dominado pela filosofia positivista:

A essência do pensamento positivista é a redução dos fenômenos a um conteúdo físico e a um encadeamento, que faz as ciências interagirem ao redor desse conteúdo físico ao passo que as fragmenta por seus

conhecimentos em diferentes campos de objetos e métodos específicos (MOREIRA, 2006, p. 13).

Na segunda metade do século XIX, após a morte de Humboldt e Ritter, inicia-se uma nova fase de referências filosóficas no mundo da ciência, indicativas da emergência do positivismo, inaugurando, em todos os campos da ciência, uma extrema fragmentação do conhecimento (MOREIRA, 2006, p. 24). Esta ruptura faz parte, para o autor, da transição entre a baixa modernidade e a chamada modernidade industrial.

Quando a Providência, no período moderno, deixou de significar, no plano científico, a caução da finalidade explicativa, foi preciso substituí-la por uma causalidade intrínseca à natureza que, através de um procedimento estritamente racional, deveria indicar a cadeia explicativa necessária aos fenômenos (BECKER E GOMES, 1993, p. 150). Este é o princípio da ciência positivista.

Segundo Moreira (2006), primeiramente criam-se as chamadas geografias sistemáticas, a partir da quebra do real em diferentes pedaços. O primeiro passo é, assim, a definição da esfera de estudo. Nesta repartição, a geografia toma por seu campo a esfera das coisas inorgânicas. O segundo passo é fragmentar esta esfera em diversos setores de geografia especializada. O autor afirma:

Em verdade, estamos em presença de uma radical mudança no conceito da natureza. A natureza holista dos iluministas e românticos vê seu conteúdo reduzido ao de uma natureza inorgânica, tornando-se uma coisa física. [...] e a esfera humana é simplesmente abandonada. Uma mudança no conceito de homem então se dá em paralelo, excluído da natureza. [...] Depois, abandona-se o caráter espacial da geografia estabelecido desde Kant. E, por fim, o método

comparativo formulado por Ritter (MOREIRA, 2006, p. 25).

No entanto, logo cedo se manifesta uma reação contra essa naturalização mecanicista e fragmentária da visão de mundo positivista. Na geografia, de um lado, a reação manifestar-se-á na continuidade do processo fragmentador, com base na emergência da biologia de corte darwinista, porém inspirado num naturalismo não mais mecanicista e sim organicista, e cujo resultado será o nascimento das geografias setorial-sistemáticas agora no campo dos estudos do homem; por outro lado, na frente neokantiana, a reação manifestar-se-á num movimento de retorno a Ritter, trazendo de volta à geografia seu caráter de cunho unitário e corológico, expresso no nascimento da geografia física e da geografia humana e, sobretudo, da geografia regional como campos unitários das respectivas abordagens (MOREIRA, 2006, p. 28).

O autor apresenta Ratzel, La Blache e Hetner, além de Reclus, como os pensadores mais emblemáticos desse momento paradigmático da geografia (p. 30). Paul Claval (2004, p. 21) afirma que Ratzel delimita o campo da antropogeografia, ou geografia humana, na qual se estudariam as relações entre os homens e os ambientes onde eles vivem. Os geógrafos desta linha se interrogam sobre “a influência que o meio exerce sobre os indivíduos e grupos, e procuram medir as transformações que a atividade humana desencadeia no meio ambiente”. A geografia humana assim concebida se colocaria na interface entre natureza e fatos sociais, o que situa como ameaça a distinção entre um domínio físico e um domínio humano no estudo das distribuições terrestres.

Com Vidal de La Blache, altamente influenciado pela filosofia do positivismo, tem início a fase da geografia que irá difundir-se no século XX. Segundo Moreira (2006, p. 36), pode-se falar em três La Blaches, principalmente dois. O primeiro consolida a geografia regional e é nele que se materializa o conceito lablacheano de região. O segundo é considerado o fundador da geografia da civilização. Neste há um ponto comum com Ratzel,

uma vez que ambos falam da mesma coisa: o destino do homem numa civilização industrial:

É a geografia da civilização – [...] – o último rebento da reação anti-fragmentária dentro do próprio paradigma da ciência fragmentária. Uma alternativa que então se oferece a aglutinações do tipo geografia física, geografia humana e geografia regional, que seguem sendo uma reiteração ao conhecimento fragmentário e fracionário da realidade (MOREIRA, 2006, p. 36).

Para La Blache, a paisagem é um produto objetivo do qual a percepção humana só capta, de início, o aspecto exterior. A paisagem é o efeito e a expressão evolutiva de um sistema de causas também evolutivas: “Trata-se de levar em conta toda vez a característica do território considerado. Fisionomia e característica não são representações subjetivas, mas sim realidades objetivas”(MOREIRA, 2006, p. 34). É sobre o plano das aparências que é preciso se situar para apreender toda a densidade epistemológica e ontológica da paisagem. Jean Brunhes, colega e discípulo de Vidal de La Blache, afirmava que “em todos os lugares o homem inscreve sua passagem por impressões que são objetos de nossos próprios estudos”. Assim, o fato geográfico é considerado como uma inscrição e os objetos do olhar geográfico seriam os traços e impressões.

De acordo com Bessé, as conseqüências epistemológicas desencadeadas pelo conceito de fisionomia são consideráveis:

Falar da paisagem em termos de fisionomia significa que se atribui à paisagem uma densidade ontológica própria. Se ela possui uma fisionomia é preciso compreendê-la como uma totalidade expressiva, animada por um ‘espírito interno’, do qual se pode extrair o sentido. Tudo se passa como se houvesse um ‘espírito do lugar’, do

qual a aparência exterior do território visado seria a expressão. [...]. Nesta perspectiva, a geografia parece se definir inicialmente como uma arte da percepção visual (BESSÉ, 2006, p. 72).

Porém, o autor nos diz que a paisagem é uma construção cultural, ou seja, uma imagem mental, verbal, inscrita sobre uma tela ou realizada sobre o território. Em cada caso, segundo o autor, o território é afetado por qualidades paisagísticas particulares, próprias ao interesse daquele que o considera (p. 61).

Ainda assim, essa extrema fragmentação das ciências, o dualismo homem/matéria e a estetização das paisagens predominaram praticamente todo o debate intelectual sobre o tema desde a emergência do positivismo até o fim da chamada modernidade industrial.

A “pós-Modernidade” ou “Ultramodernidade”: o paradigma da complexidade

O chamado paradigma da complexidade, que vem se desenhando nos últimos 30 anos, promove uma verdadeira revolução científica e tem como concorrente o “paradigma da simplificação” (SOUZA, 1997, p. 46). Este, de acordo com Edgar Morin, citado por Souza (*op. cit.*), compreende a “ciência clássica” e opera por redução (do complexo ao simples, do molar ao elementar), rejeição (da eventualidade, da desordem, do singular, do individual) e disjunção (entre os objetos e o seu ambiente, entre sujeito e objeto). Segundo Souza:

O paradigma da complexidade romperia com os raciocínios lineares e reducionistas, incorporando um enfoque que busca interações complexas [...], além de admitir que não apenas a necessidade (determinidade),

mas igualmente o acaso (a contingência, o inesperado) são definidores do mundo real (SOUZA, 1997, p. 47).

Moreira (2006, p. 39) afirma que a crise do paradigma fragmentário se evidencia no correr dos anos 1960-70.

As maneiras de ler as paisagens colocadas em pauta pelos geógrafos entre o final do século XIX e o início da década de 1970 revelaram-se muito fecundas. Fizeram com que se tomasse consciência das relações íntimas que unem os aspectos físicos, os componentes biológicos e as realidades nos ambientes sociais que os homens constituíram. As atitudes se modificaram a partir da década de 70. O impacto das filosofias fenomenológicas influenciou-as significativamente: o mundo que o indivíduo percebe jamais é objetivamente dado. O registro geográfico deixa de considerar que os homens são independentes do meio onde se encontram: eles só podem existir nos meios geográficos com os quais mantêm relações mais complexas do que até então se pensava. O que a mudança filosófica e epistemológica acarreta no Ocidente é uma rejeição do dualismo homem/matéria. “A nova concepção que os geógrafos têm da paisagem os leva a se interessarem pelas motivações daqueles que as desenharam ou organizaram” (CLAVAL, 2004, p. 51).

A fenomenologia é definida, segundo Moreira (2006, p. 41), como a filosofia das essências, e sua origem é Edmund Husserl. Preocupa Husserl recuperar os fenômenos da ciência rigorosa, deturpada pelo positivismo e pela sua concepção de rigor matemático. A fenomenologia de Husserl chega à geografia através da percepção ambiental (geografia da percepção), da geografia humanista e da geografia cultural. Entre os anos 1980 e 1990, estas formas da geografia têm um crescimento em todo o mundo (MOREIRA, 2006, p. 42).

Por fim, o pensamento quântico funda no mundo da ciência um olhar não-fragmentário do todo – um holismo ambiental, segundo Moreira (2006, p. 43) – e, assim, tende a ser um novo paradigma. Ainda de acordo com o autor, sua chegada à geografia tem sido lenta, talvez dado à impregnação ainda

fortemente positivista e kantiana da noção de natureza – a natureza como coisa física –, que predomina na geografia como um todo:

Aos poucos vai surgindo aqui e ali um sentido de resgate da visão holista, abandonada pela emergência da fragmentaridade positivista, mas sob uma forma plural e diferenciada de entendimento, numa situação distinta daquela da geografia dos séculos XVIII-XIX.

A resignificação da paisagem: o retorno ao holismo?

No quadro atual de transformações vividas pelas ciências e pela geografia em particular, a análise da organização espacial tem se dado, cada vez mais, por meio de uma prática interdisciplinar, despertando novo interesse no estudo das relações entre natureza, cultura, sociedade e meio ambiente (FREITAS, 2005). Este tema encontra, segundo a autora, dois novos caminhos que interessam de perto à geografia. O primeiro é a história ambiental, disciplina recente que considera a natureza um agente na história do homem; e o segundo caminho é o proposto pela geografia cultural, apoiado na cultura vista como a resposta humana ao que a natureza nos oferece como base física.

Natureza e Paisagem

A natureza, antes do período da técnica, era uma natureza mágica, mítica, das trevas. Sobreviver era sobreviver à natureza e suas intempéries. Após vários séculos, a tecnificação do planeta possibilitou o controle de muitos processos que, antes, eram somente naturais, mas não eliminou a preocupação com a problemática da base territorial da sociedade. Em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz, transformando-a em cultura (LUCHIARI, 2001, p. 10).

Um dos principais teóricos da história ambiental, David Worster, em sua obra *Para fazer história ambiental*, de 1991, inclui a natureza como objeto, mas

também como resultante de processos engendrados pelo homem e pela evolução natural da área, a paisagem (FREITAS, 2005). Shama (1996), citado por Freitas, afirma: “antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente [...]. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de extratos de rocha”.

O modo como hoje concebemos a natureza tem sua origem mais remota na revolução introduzida por Copérnico (1473-1543), no entendimento do sistema solar via teoria heliocêntrica. O mundo dicotomicamente diferenciado (esfera de Deus, de um lado, e esfera humana, de outro), vai se tornando um só do ponto de vista da estrutura e do funcionamento em escala universal. Descartes (1596-1650) funda então a compreensão do comportamento dos fenômenos na geometrização do mundo. A natureza deixa de ser a morada de Deus para ser tudo que se expresse por um conteúdo físico-matemático (MOREIRA, 2006, p. 56).

Este mundo, todavia, ainda é dicotômico. Descartes distingue *res extensa* (mundo das coisas) e *res cogitans* (mundo das idéias). Galileu Galilei distingue a natureza, mundo daquilo que é mensurável e quantitativo, da não-natureza, daquilo que não tem existência objetiva (MOREIRA, *op. cit.*). A natureza ainda está ligada a Deus, já que funciona com regularidade mecânica.

Com o advento da ciência moderna positivista, a natureza passa a ser um campo de forças racionais e lógicas, separando-se rigidamente o natural do não-natural. O mundo natural da concepção medieval dá lugar a uma natureza fechada em si mesma, externalizada a tudo que não é físico-matemático e preditivo. Nasce a base da dicotomia homem-meio característica do pensamento moderno.

Se o cartesianismo reduzira a natureza às leis invariáveis da física e da matemática, o positivismo mantém a referência nesse paradigma, mas a fim de incluir o homem na sua abrangência por meio da física social (sociologia). Provando em seu livro de 1859, *A origem das espécies*, que o homem se origina da evolução natural, Darwin fere o paradigma físico da natureza e lança as bases de uma nova forma de entender a natureza e o homem.

Luchiari (2001, p. 16) apresenta a idéia de que, no período contemporâneo, vem-se debatendo o conceito da “morte da paisagem”, o que poderia se referir à pintura do final do século XX e também à transformação das paisagens naturais, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. A primeira idéia que nos viria à mente no que diz respeito à morte da paisagem estaria, segundo a autora, relacionada à destruição das paisagens tradicionais pela sociedade contemporânea. O lado mais visível das transformações da superfície da Terra induzidas pela ação do homem ocorre na apreensão das paisagens. Deste modo, a “morte da paisagem” seria um erro:

A paisagem é ao mesmo tempo ancorada no solo, modelada pelas transformações naturais e pelo trabalho do homem e, acima de tudo, objeto de um sistema de valores construído historicamente e apreendido diferentemente no tempo e no espaço, pela percepção humana.

Ainda segundo Luchiari (2001, p. 19), a preocupação com o fim das paisagens é um pressuposto do discurso ambientalista, que toma a paisagem como um ambiente natural, dando-lhe certa autonomia em relação às práticas sociais com as quais se relacionaria. Por outro lado, esta valorização estética da natureza acaba por desmistificar esse discurso naturalizante, ou seja, o novo olhar que transformou a natureza em meio ambiente vem produzindo também uma nova organização territorial e simbólica. A autora declara: “a paisagem contemporânea é uma concepção híbrida, carregada de natureza e cultura, de processos naturais e sociais; a paisagem não se esgota, não morre”.

Moreira (2006, p. 73) afirma que o novo paradigma da natureza a considera como “ao mesmo tempo o orgânico e o inorgânico, o fragmentário e o unitário, o mecânico e o vivo. É a unidade da diversidade e a diversidade da unidade; numa relação cíclica de reprodução em espiral”. Ainda segundo o autor:

Cabe à geografia mostrar que a diversidade da natureza se ressingetiza nos lugares da superfície da terra, adquirindo em função do recorte de espaço o seu modo concreto de organização (um detalhe de localização interfere no todo do circuito da produção/reprodução da vida). E que a superfície terrestre é ser-estar do homem, uma teoria percebida de longa data pelos clássicos e reafirmada no século XIX por Humboldt e Ritter (p. 44).

Para reforçar essas abordagens, podemos estudar o caso das populações tradicionais em Unidades de Conservação. Diegues (1993, p. 219) afirma que o aumento do número das unidades de conservação (UC's) tem sido devido à rápida devastação / perda da biodiversidade; ao surgimento dos fundos internacionais para a conservação da natureza; e à possibilidade de geração de renda através do turismo. Para algumas pessoas, as UC's são apenas um fim em si mesmas, ou seja, existe a dicotomia natureza/humanidade, fazendo que um só possa existir em seu estado pleno sem a presença do outro. Já para outros, o "mundo natural" já não existe, e há a necessidade urgente de se redefinir as relações homem-natureza, porém sem excluí-las.

A visão ecocentrista não se dá conta de que existem formas sociais distintas das sociedades urbano-industriais e que podem ser denominadas pré-capitalistas. Estudos recentes, de acordo com Diegues (1993, p. 221), revelam que a manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais está relacionada intimamente com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos primitivos, o que torna necessário o repensar do conceito de "florestas naturais" e sua modalidade de preservação que proíbe a agricultura itinerante. É necessário, portanto, partir de uma estratégia de solução e conflitos para uma mais positiva: aquela que vê nas populações tradicionais suas aliadas na conservação da natureza.

A superespecialização da ciência ocidental fez com que os aspectos sócioambientais das relações entre ameríndios e ecossistemas amazônicos, por exemplo, fossem obscurecidos. A ponte entre as ciências naturais e sociais requer o surgimento de categorias cognitivas dos indígenas usando métodos que privilegiam os conceitos nativos. Os cientistas resistem à perda de controle do paradigma questionado e têm receio de perder a linha de base da “realidade” que controla significados (POSEY, 1998).

As características antropogênicas das paisagens estão se tornando evidentes, se perdendo a idéia de que as sociedades humanas podem somente destruir a natureza, e que recursos tradicionais são “selvagens” (POSEY, *op. cit.*).

Segundo Harvey (1996), citado por Oliveira (2007, p. 12), as sociedades humanas não são simples objetos das leis da natureza, são sujeitos que a transformam e a incorporam nas suas relações.

A representação muitas vezes ofusca a visão profunda que está por trás. A própria representação da natureza é uma apropriação dela. Toda paisagem é humanizada.

Cultura e Paisagem

Berque (1998, p. 84), entende a geografia cultural como “o estudo do sentido (global e unitário) que uma sociedade dá à sua relação com o espaço e com a natureza, relação que a paisagem exprime concretamente”. A paisagem – para o autor – é uma marca, já que expressa uma civilização, mas também é matriz, já que participa dos esquemas de percepção, concepção e ação que canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e a natureza e, portanto, a paisagem.

Como marca, o ponto de partida continua sendo a descrição da paisagem, mas a explicação ultrapassa o campo do percebido, seja por abstração, seja por mudança de escala no espaço ou no tempo. A consequência é o distanciamento do objeto inicial da proposta: a paisagem como dado sensível (BERQUE, 1998, p. 85).

Milton Santos (1997, p. 83), em sua conhecida definição de paisagem, a toma como “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza”. Contudo, essa definição, para muitos autores, é limitada, já que do ponto de vista da geografia cultural, não é suficiente explicar o que produziu a paisagem enquanto objeto. Por um lado, a paisagem é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc. (BERQUE, 1998, p. 86).

No início do século XX, a paisagem foi um dos primeiros temas a ser em abordados numa perspectiva cultural pelos geógrafos alemães, sendo posteriormente incorporado pela geografia cultural, nos anos 20, por meio do geógrafo norte-americano Carl Sauer (MELO, 2001, p. 30). A obra de Sauer originou uma escola de geografia da paisagem, focalizando o papel do homem transformando a face da Terra. A geografia cultural nesta tradição, segundo Cosgrove (1998, p. 100), concentrou-se nas formas visíveis da paisagem, onde a cultura parecia funcionar através das pessoas para alcançar fins dos quais elas estavam vagamente cientes. Os críticos chamaram isto de “determinismo cultural”.

Holzer (1999, p. 153) diz que, para Sauer, a paisagem seria a união das qualidades físicas da área significativas para o homem e das formas como esta área é utilizada. Deste modo, a individualidade da paisagem só seria conhecida quando comparada com outras paisagens.

O autor – em uma análise crítica do “determinismo cultural” – cita Dardel, para quem a paisagem não se referia, em essência, ao que era visto. Ela representava a “[...] inserção do homem no mundo [...], a manifestação de seu ser para com os outros, base de seu ser social” (p. 159).

Cosgrove (1998, p. 98) considera a paisagem como uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma “cena”, em uma unidade visual. Ainda segundo o autor:

A paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente.

O autor considera que a cultura não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações. Para Cosgrove, todas as paisagens são simbólicas e “revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira auto-consciente e, então, re-presentar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos”.

Paul Claval (2004, p. 40) afirma que os geógrafos são sensíveis à dimensão cultural das paisagens, observando os marcos e os sinais visíveis sobre os terrenos. Contudo, o autor ressalta que a presença de marcos conduz muitas vezes a interpretações simplistas. As abordagens funcionais vão mais longe e permitem entrar mais profundamente na intimidade dos fatos sociais e na sua tradução espacial.

Holzer (1999, p. 161), no que diz respeito à sua idéia de uma geografia cultural, revisita Raffestin e Raymond (1980):

Para os autores, a paisagem é um depósito de história, um produto da “prática” entre indivíduos e da realidade material com a qual nos confrontamos. Para se fazer uma “geografia da paisagem” seria preciso situar-se o nível perceptivo a ser abordado, constituído da experiência cognitiva da paisagem a ser estudada a partir da intencionalidade; e de nossos constructos, já que o real objetivo não existe para além deles.

Um requisito para a significação das paisagens simbólicas é a leitura detalhada do texto, para os geógrafos a própria paisagem em todas as suas expressões. Os dois principais caminhos para isto, segundo Cosgrove (1998, p. 109), são o trabalho de campo e a elaboração e interpretação de mapas. Ao mesmo tempo, os geógrafos devem buscar uma “distância crítica”, ou seja, uma busca desinteressada de evidência. Estas evidências podem ser materiais, no campo e outras fontes documentais e cartográficas, orais, de arquivo e outras. Podemos encontrar a evidência nos próprios produtos culturais. A linguagem também é crucial.

O autor também ressalta que é preciso prestar atenção às paisagens dominantes e às paisagens alternativas. Em termos de paisagens existentes, naturalmente somos inclinados a ver a expressão mais clara da cultura dominante no centro geográfico do poder (1998, p. 113). O poder da hegemonia é mantido e reproduzido por sua capacidade de projetar e comunicar, por quaisquer meios disponíveis e através de todos os outros níveis e divisões sociais, uma imagem do mundo consoante com sua própria experiência e ter essa imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de qualquer um. Por sua vez, as culturas alternativas são menos visíveis na paisagem do que as dominantes, apesar de que, com uma mudança na escala de observação, pode parecer dominante uma cultura subordinada ou alternativa. Cosgrove divide as culturas alternativas em residuais, emergentes e excluídas.

Ainda segundo o autor, as paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significados e grande parte da geografia está em decodificá-las.

Claval (2004, p. 71) conclui:

O que se procura compreender são as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem. Este é um dos

caminhos reais para compreender o mundo. O perigo, talvez, é esperar muito dele.

Considerações finais

Através desta breve passagem podemos entender que os conceitos são sempre dinâmicos e estão em constante mutação. Contudo, devemos compreender que esse dinamismo está diretamente relacionado à idéia de movimento, e este movimento deve ser sempre lembrado como uma espiral, e não como ciclos que se fecham sobre seu próprio ponto inicial de partida.

No contexto atual onde a incerteza predomina e onde não podemos buscar respostas prontas, o que entendemos por paisagem deve considerar as relações entre os indivíduos, os grupos e o ambiente que eles transformam, como já disse Paul Claval na passagem acima. Contudo, devemos entender também o ambiente em uma relação dialética capaz de transformar continuamente nossas intencionalidades.

A paisagem deve ser tomada de modo holístico, o que nos mostra a espiral retornando aos acadêmicos do século XIX. Porém, a espiral também retrata que os ciclos nunca se fecham e nem retornam exatamente ao mesmo ponto. Nos caminhos que vão continuamente delineando os conceitos, há o ganho de bagagens que nunca são completamente apagadas, e estas influenciam o modo com o qual nos apropriamos de antigas idéias e concepções de mundo.

Ressaltamos que são diversas as concepções de paisagem nos diversos momentos da história – apesar das tendências gerais – e inclusive nos tempos atuais, os pensamentos dos diversos intelectuais que a estudam podem divergir. Esta divergência não deve ser tomada como um empecilho ou um elemento de confusão, mas sim deve ser considerada como parte do processo de construção que está se realizando no presente.

Referências bibliográficas

BECKER, Bertha & GOMES, Paulo César da Costa. Meio ambiente: matriz do pensamento geográfico. In: VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (orgs.). As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade. Rio de Janeiro e Belém: APED e UFPA. p. 147-174. 1993.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 84-91. 1998.

BESSÉ, Jean-marc. Ver a Terra, seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva. 2006. 108 p.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagens, texto e identidades. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 13-74. 2004.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 92-122. 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos S. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (orgs.). As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade. Rio de Janeiro e Belém: APED e UFPA. p. 217-248. 1993.

FREITAS, Inês Aguiar de. História de uma floresta, geografia de seus habitantes. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica. Rio de Janeiro: PUC-Rio. p. 37-50. 2005.

GANDY, Matthew. Paisagem, estéticas e ideologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagens, texto e identidades. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 17-90. 2004.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP. 177 p. 1991.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 149-168. 1999.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 9-28. 2001.

MELO, Vera Mayrink. Paisagem e simbolismo. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 29-48. 2001.

MOREIRA, Ruy. A insensível natureza sensível. In: MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? São Paulo: Contexto. p. 47-76. 2006.

MOREIRA, Ruy. As filosofias e os paradigmas da geografia moderna. In: MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? São Paulo: Contexto. p. 13-46. 2006.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Mata Atlântica, paleo-territórios e História Ambiental. Ambiente e Sociedade (Campinas), v. X, p. 11-24, 2007.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. Resenha. Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. GEOgrafia, ano VIII, n. 15, 2006, p. 143-149.

POSEY, Darrell A. Diachronic ecotones and anthropogenic landscapes in Amazônia: contesting the consciousness of conservation. In: BALÉE, William. Advances in historical ecology. New York: Columbia University Press. p. 104-116. 1998.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec. 308 p. 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, Iná Elias de, et al (orgs.). Explorações geográficas. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 43-88. 1997.

Artigo encaminhado para publicação em outubro de 2008.

Artigo aceito para publicação em dezembro de 2008.

ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008.

WWW.geouerj.uerj.br/ojs